



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

BÁRBARA CRISTINA SOUZA DA PIEDADE

ENSINO DE HISTÓRIA, MÚSICA E O FUNK COMO PROTAGONISMO FEMININO.

MARABÁ

2022

BÁRBARA CRISTINA SOUZA DA PIEDADE

ENSINO DE HISTÓRIA, MÚSICA E O FUNK COMO PROTAGONISMO FEMININO

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de História do
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará, como requisito para obtenção do
grau de Licenciada em História

Orientador: Prof. Dr. Carlo Guimarães
Monti.

MARABÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

P613e Piedade, Bárbara Cristina Souza da
Ensino de História, Música e o Funk como protagonismo feminino /
Bárbara Cristina Souza da Piedade. — 2022.

Orientador(a): Carlo Guimarães Monti.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá,
Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Curso de
Licenciatura Plena em História, Marabá, 2022.

1. História - Estudo e ensino - Marabá (PA). 2. Funk (Música). 3.
Material didático. 4. Música na educação. I. Monti, Carlo Guimarães,
orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 372.89044

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO**

Aos dezessete dias do mês de junho de 2022, às quatorze horas, via google meet, reuniu-se a Banca Examinadora em sessão pública, para Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, do/a discente Bárbara Cristina Souza da Piedade, matrícula nº 201740208039, intitulado ENSINO DE HISTÓRIA, MÚSICA E O FUNK COMO PROTAGONISMO FEMININO, conforme Resolução do Curso de Licenciatura em História de N.º 051/CONSEPE, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, composta pelos professores, orientador (a) Carlo Guimarães Monti (ICH/Fahist/Unifesspa) e examinadores profa. Valéria Moreira Coelho de Melo (ICH/Fahist/Unifesspa), profa. Karla Leandro Rascke (ICH/Fahist/Unifesspa). Após cumprida as formalidades, o discente foi convidado (a) a discorrer sobre o conteúdo da Monografia. Concluída a apresentação os examinadores fizeram as devidas arguições e atribuíram o conceito EXCELENTE da referida Monografia. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que será assinada pelos membros da banca e discente.

Orientador:
Carlo Guimarães Monti (ICH/Fahist/Unifesspa)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

Valéria Moreira C. de Melo

Valéria Moreira de Melo (ICH/Fahist/ Unifesspa)

KARLA LEANDRO
RASCKE:05807714903

Assinado de forma digital por
KARLA LEANDRO
RASCKE:05807714903
Dados: 2022.06.20 16:50:36 -03'00'

Karla Leandro Rascke (ICH/Fahist/Unifesspa)

Bárbara Cristina Souza da Piedade

Bárbara Cristina Souza da Piedade (Graduanda)

Dedico este trabalho a minha amiga Cléoma, que foi uma fonte inesgotável de apoio durante todo o processo. Obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todas as divindades e seres de luz que me guiaram constantemente no meu processo de autoconhecimento me proporcionando sabedoria para lidar com os desafios dessa e todas as jornadas que irei traçar.

Agradeço também a minha mãe Raquel, por ter dado apoio em todos os projetos da minha vida, inclusive este. Obrigada por ser fortaleza e inspiração nos meus dias difíceis. Sua persistência em ser sua melhor sempre, me enche de orgulho e esperança. Com certeza ter uma mulher que demonstra tanta força e carinho me conduz a traçar os melhores caminhos.

Agradeço ao meu esposo Maycom, por me ouvir e me apoiar nos momentos que beirei a desistência. Sua paciência e dedicação foram um alento nessa trajetória. A minha filha Kyara, que é a motivação das minhas conquistas, minhas lutas diárias e empenho são por nós.

A minha amiga Cléoma Freitas pela amizade e companheirismo durante esses anos de graduação, ganhei uma amizade da faculdade para a vida. Sou grata pelas inúmeras vezes que me deu colo e apoio para continuar pesquisando, me ajudando em tudo que precisei, levarei suas palavras de incentivo para a vida. Não caberia aqui o quanto sou grata por seu amor, paciência e carinho. As tardes na biblioteca, as noites mal dormidas e todos os cafés que tomei com você me fizeram ver o quanto não estou sozinha.

Aos meus amigos Edilson, Gerlon e Gabriela, vocês são seres maravilhosos que tive a oportunidade de conhecer e me inspirar. Sou muito grata por me ouvirem me apoiarem. Amo vocês! A minha irmã Francyele Silva e a minha vó, Maria. Vocês são uma parte enorme do meu coração. A minha tia Luzia, por todos os incentivos e apoio quando precisei.

A minha colega de classe Yana Brito pela paciência e carinho por sanar minhas dúvidas, grata pelos comentários positivos, mesmo quando estava ocupada você sempre dava um jeitinho para ajudar. Ao querido Vinícius Girard por me ajudar nas traduções, ter um amigo bilingue e atencioso é tudo! Ao meu colega Adriano Santos, por dar uma força na formatação e torcer por mim. Vocês são muito especiais.

A minha professora Valéria Melo por ser inspiração rumo à docência. E especialmente meu orientador Carlo Monti, pela paciência e dedicação durante

a graduação. Cada trabalho foi um ensinamento para minha carreira e para a vida.

Esse trabalho não é só uma conquista minha, mas de todos que forma direta e indiretamente me deram amparo para que ele fosse possível. Esses anos de graduação não foram fáceis, pelo contexto da pandemia e paralisação nas atividades da faculdade, mas, nesse momento vi a força das pessoas que estavam comigo e quanto é possível irmos longe com apoio um do outro.

Dedico agradecimentos e reverência a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará por me acolher e ser morada nessa fase linda que pude experimentar. Lugar de momentos incríveis, embates e recomeços. Viva educação pública de qualidade! Que outros mais possam vir e usufruir e se transformar nesse espaço.

Obrigada mãe Oxum por cuidar de mim, guiar meus passos e iluminar meu caminho. Ora yê yê ô! Salve mãezinha.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.”

(AUDRE LORD)

RESUMO

Apresenta-se aqui, possibilidades para o ensino de história, assim como considerações sobre a Nova História, que abrange a pluralidade de narrativas sobre diversos grupos sociais, dentre eles os sujeitos no contexto da música popular. A partir dessa perspectiva temos a possibilidade de trabalhar novas fontes e desenvolver metodologias abrangentes. O objetivo da pesquisa é refletir sobre a hipersexualização do corpo da mulher a partir do funk, tendo em vista a falta deste diálogo nas escolas e dessa forma, tratar sobre o protagonismo feminino. Traremos o que a historiografia trás sobre o uso da música para o ensino de história, a partir de uma perspectiva crítica na análise dos processos educacionais, fundamentado na pesquisa que realizamos na escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo, onde diagnosticamos a necessidade de trabalhar recursos didáticos atrelados ao ensino de história. Produzimos esse material/guia didático a partir desse contato com a sala de aula proporcionada pela disciplina de Estágio Supervisionado IV na cidade de Marabá-PA.

Palavras-chave: Material didático; Funk; Protagonismo feminino; Ensino de História.

ABSTRACT

In this article, the possibilities for teaching history are presented, as well as considerations about the New History, which encompasses the plurality of narratives about different social groups, including subjects in the context of popular music. From this perspective, we have the possibility to work with new sources and develop more comprehensive methodologies. We brought the Brazilian funk to reflect on the hypersexualization of the woman's body, around the lack of this dialogue in schools and, in this way, to deal with the female protagonism in the Brazilian funk. We will bring what historiography brings about the use of music for teaching history, from a critical perspective in the analysis of educational processes, based on the research we carried out at the EMEF Dr. José Cursino de Azevedo, where we diagnosed the need to work with didactic resources linked to the teaching of history. We produced this teaching material/guide based on this contact with the classroom provided by the Supervised Internship IV discipline in the city of Marabá-PA.

Keywords: Teaching material; Funk; Female protagonism; History Teaching.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MCs	Mestre de Cerimônias
MEC	Ministério da Educação
MPB	Música Popular Brasileira
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSL	Partido Social Liberal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - ENSINO DE HISTÓRIA PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES.....	13
1.1 - História do ensino de História no Brasil.....	13
1.2 - Novas linguagens e fontes para o ensino de História.....	17
CAPÍTULO II - A MÚSICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	21
2.1 - A música construção de conhecimento histórico.....	21
2.2 - Música popular: o movimento funk participação feminina e seus embates.....	24
CAPÍTULO III - PESQUISA E DIDÁTICA NO ENSINO	32
3.1 - A experiência do funk nas aulas de história	32
3.2 Guia didático: Como usar o funk para ensinar sobre o feminismo na sala de aula.	36
MATERIAL/GUIA DIDÁTICO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES.....	53

INTRODUÇÃO

A escolha desse tema se deu a partir do contato em sala de aula proporcionada pela disciplina de Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Neste contato podemos perceber a ausência de debate sobre gênero e sexualidade.

Tivemos a oportunidade de aplicar um questionário (ver apêndice A) de múltipla escolha e questões objetivas/dissertativas, no 7º ano na escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo, no município de Marabá, no Pará, em 2019, para saber o que os alunos achavam das aulas e em qual lugar elas/eles compreendiam a existência da História.

No questionário (ver apêndice A) obtivemos respostas intrigantes, os alunos não concebiam que podiam aprender história para além dos livros e museus, para além disso achavam a disciplina tediosa. Ao longo dessa experiência a fim de acrescentar no processo de ensino aprendizagem, surgiu a necessidade de propormos o desenvolvimento de recursos pedagógicos para discutir essas implicações.

As discussões aqui apresentadas, têm como objetivo refletir sobre novas metodologias para o ensino de história, assim como, contribuir para a construção da criticidade em torno do uso de novas abordagens no ensino de história. A música, mais precisamente o funk faz parte da nossa vivência, e dessa forma podemos utilizar elementos de análise para atribuir reflexões em torno dos mais diversos contextos.

Logo a importância de tratar sobre o protagonismo feminino é nítida quando percebemos a ausência da mulher na História. Essa falta de representatividade é fruto de um sistema machista/patriarcal que por vezes silenciou a participação de mulheres e sua autonomia.

A hipótese evidenciada nesta pesquisa ressalta o funk como componente cultural que representa a musicalidade produzida por pessoas comuns, sendo também importante instrumento contra a desigualdade social e violência vivenciada por mulheres, elevando a partir disso conscientização política e acesso a direitos.

Diante disso, a representatividade está diretamente relacionada com a alternativa de abordagens abrangentes, que consiste no entendimento do silenciamento da mulher na História, e busque possibilidades de incluir/ressaltar a participação feminina.

Sendo assim, nosso objetivo é promover o diálogo entre o ensino de história e o funk a partir de novas abordagens, enfatizando o protagonismo feminino na construção de uma consciência crítica, viabilizando a importância social desta discussão.

Além disso, propomos identificar a partir do funk a relação entre protagonismo/empoderamento em produções feitas por mulheres com suas próprias narrativas, partindo do lugar de afirmação sobre si e de sua sexualidade. Pretendemos, portanto, aplicar o funk como uma possível fonte nas aulas de história a partir do material/guia que confeccionamos durante a experiência da disciplina de Estágio Supervisionado IV intitulado “Como usar o FUNK para ensinar sobre feminismo na sala de aula”.

A música é uma importante fonte para discutir sobre gênero e sexualidade, mas não só. Com ela podemos situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos, podendo também refletir sobre as transformações tecnológicas e as possibilidades que geram no modo de vida das populações e nas produções artísticas.

Utilizamos o questionário (ver apêndice A) que foi aplicado na turma do 7º ano, da escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo no contato que tivemos na experiência do Estágio Supervisionado, acompanhadas pela professora efetiva Ana Carla da Gama Ramos, para dialogar com a utilização do funk como metodologia, tendo em vista a concepção de história que os alunos apresentaram nas respostas contidas no questionário aplicado em 26 de setembro de 2019.

A proposta do material/guia didático foi um planejamento de intervenção como critério de avaliação do Estágio Supervisionado IV, porém, infelizmente não foi aplicado aos alunos, em função da pandemia do covid-19 que suspendeu o calendário letivo e paralisou as atividades nas escolas, durante o ano de 2020, já em 2021 a atividades foram desenvolvidas de forma remota, por sua vez todo esse cenário inviabilizou a aplicação desse material em sala de aula.

No material/guia diático utilizamos a música “100% feminista” das cantoras e compositoras Mc Carol e Karol Conka, lançada em 2016. Os versos da música são expostos para analisarmos criticamente o contexto de violência e ascensão feminina perante a sociedade, demonstrados a partir da letra.

Desse modo o trabalho foi organizado em: Capítulo I intitulado “Ensino de História perspectivas e possibilidades” trouxemos uma retrospectiva da história da disciplina de história, para compreensão das contribuições/transformações que a historiografia se firmou, para então trabalharmos o uso de novas fontes.

Capítulo II, “A música como recurso para o ensino de história” nesta etapa buscamos evidenciar o que temos sobre o ensino de história e música, assim como, o estreito diálogo entre o ensino e a música popular. Evidenciamos estratégias na compreensão da participação feminina no funk em confronto com a ausência de trabalhos que tratem sobre o protagonismo da mulher.

Capítulo III, “Pesquisa e didática no ensino” trouxemos uma proposta de material/guia didático intitulado “Como usar o funk para ensinar sobre feminismo na sala de aula”, obtido durante a pesquisa realizada no Estágio Supervisionado I, II e III, apresentado a Faculdade de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sob orientação do professor e doutor Carlo Guimarães Monti, em diálogo com a falta da educação sexual tanto na escola, quanto no núcleo familiar em uma abordagem de ressignificação e aprendizagem. A proposta do material/guia tem o objetivo servir como uma ferramenta de apoio pedagógico para discutir sobre feminismo, destacando conceitos importantes na compreensão dessa temática.

Além das contribuições para as escolas de Marabá-PA e região desejamos, que esse trabalho possa contribuir na reflexão sobre as possibilidades para o ensino de história, assim como possa auxiliar as futuras pesquisas no âmbito das dinâmicas educacionais. Visto que o uso da música e de abordagens interdisciplinares ressaltam aspectos do cotidiano do aluno e os incluem em dinâmicas próprias, ressaltando a produção de conhecimento histórico.

CAPÍTULO I

ENSINO DE HISTÓRIA PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Apresenta-se aqui, as discussões que permeiam o campo historiográfico sobre a História do ensino de história no Brasil bem como os processos de reformulações dos currículos de história e seus embates. E ainda, os debates em torno das novas linguagens e fontes para o ensino que perpassa pelas contribuições da História Cultural e as introduções recentes na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Intensificando, assim, a importância de inserir novas abordagens nas aulas de história com o intuito de abranger a pluralidade das narrativas.

1.1 - História do ensino de História no Brasil

A disciplina de história no Brasil passou por momentos conflituosos durante sua trajetória nos currículos escolares. Sua introdução e permanência geram debates amplos até os dias atuais. Durante seu processo de criação a disciplina de história foi alvo de muitos questionamentos, sobre sua relevância e seu dever social. Parte desses questionamentos surgem no século XIX quando a disciplina de História tentava se firmar como ciência.

Faremos essa retrospectiva para compreender como se sucedeu a organização da disciplina de história no Brasil, assim como algumas correntes historiográficas que levaram a mudanças significativas na forma de escrever e pensar a disciplina.

Sua presença nos currículos é tida como recente, fazendo parte das disciplinas obrigatórias no Colégio Pedro II a partir de 1838, tendo sua autonomia da disciplina de letras. Assim como afirma Ivan A. Manoel a criação do colégio “[...] foi, no plano administrativo, a tentativa de se estabelecer um modelo de estrutura para o ensino secundário que se organizava naquele momento.” (MANOEL, 2012, p.148).

Em função das reformulações dos currículos a preocupação era estabelecer um modelo para o ensino secundário e o Colégio Pedro II se tornaria referência para os demais.

O modelo francês foi importado para o Brasil com fortes traços positivistas, mas, segundo Ivan A. Manoel “[...], entretanto, mais forte do que ele era a presença das teorias e filosofias católicas.” (MANOEL, 2012, p.150). Apesar das contribuições do modelo francês o conservadorismo prevalecia nos discursos e posicionamentos, conforme reforçado pelo Ministro Bernardo de Vasconcelos:

Ainda em assuntos que não apresentem perigo algum para a fé e a piedade, ninguém introduza questões novas em matéria de certa importância nem opiniões não abonadas por nenhum autor idôneo; nem ensine coisa alguma contra os princípios fundamentais dos doutores e o sentir comum das escolas. Sigam todos de preferência os mestres aprovados e as doutrinas que, pela experiência dos anos, são mais adotadas nas escolas [...] (RATIO STUDIORUM, Regra n.º 6).

Apesar das mudanças no sistema de ensino, era perceptível a influência religiosa na formação dessa nova perspectiva para os currículos. A herança católica se mostrou em diversas esferas, tanto na formação dos programas educacionais quanto no cenário político.

Essa formação moral e religiosa no quadro de representantes no ensino de História neste momento se dava pela presença da Igreja Católica na expansão do cristianismo em novos territórios. Tal impacto de culturas foi também integrado aos conteúdos históricos, atenuando a presença do colonizador em um processo civilizatório.

Os textos clássicos gregos e romanos eram retomados para introduzir na América a concepção da civilização que deu certo. Portanto, esse ponto é importante para compreendermos que esses modelos reafirmam posições significativas no currículo de história.

A construção da disciplina não pode deixar de ser considerada em uma perspectiva política:

[...] facilmente se constata que as construções filosóficas sobre a história estão atreladas, mediata ou imediatamente, a projetos políticos. Em outras palavras, facilmente se constata que os projetos políticos – revolucionários ou reacionários, não importa – procuram-na filosofia da história as razões de si mesmos, seja para demonstrarem que todo o desenvolvimento humano anterior nada mais foi do que uma preparação para o presente, ou que todo o passado e o presente se constituem no limiar de uma era melhor.../Nesse contexto, é necessário encontrar-se uma sentido para a história, é preciso

demonstrar que o transcurso da humanidade no tempo não é aleatório, mas indica inexoravelmente em fim para o trajeto humano; isto é, a história não pode ser casual, mas deve ter uma finalidade (MANOEL, 1998, p. 11).

Os projetos políticos estavam em conjunto na formação de projetos educacionais como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado em 1838 com o objetivo de designar um órgão que pensasse no Brasil enquanto Nação. Afirmando assim:

No remoinho das tensões e incertezas que circundavam o recém-criado Estado do Brasil, a instituição do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cumpria uma tarefa política fundamental, a de construir a nação brasileira, de soldar as fissuras existentes entre as províncias, herança do passado colonial, e o cimento a unir os díspares no todo nacional seria o humanismo, lido na versão de Bernardo de Vasconcelos, um conceito de humanismo assentada no estudo dos autores clássicos. (MANOEL, 2012, p. 152)

O ensino de história no âmbito escolar tem suas significativas transformações. A princípio a Europa Ocidental era o modelo de civilização nos currículos. O homem branco ocidental, as revoluções, a literatura e a cronologia a partir da perspectiva colonizadora. Posteriormente depois de todas essas ressalvas se tratava sobre a história da pátria.

A história da pátria formulada naquele momento se encaixa perfeitamente no plano de engajar o projeto político vigente após a república. Buscando a construção de uma imagem de país que acima de tudo é pacificador e agregador de valores. A exposição desse ideal foi exposta nas produções do IHGB e introduzidas como modelo a ser seguido pelos mestres do Colégio Pedro II. Parte dos professores também tinham filiação no instituto, como afirma:

No Colégio Pedro II e nos liceus provinciais, com vários professores sócios dos Institutos Históricos e Geográficos que se espalhavam pelo país com objetivos de “compor uma história nacional”, foram sendo elaborados os currículos da História da nação como disciplina autônoma. No Colégio Pedro II, após algumas celeumas, a história nacional submeteu-se ao referencial de Varnhagen e sua excludente concepção de “povo” brasileiro e foi ensinada no decorrer do período monárquico, mas com a República, de forma inusitada, a disciplina responsável pela criação da nacionalidade, perdeu sua autonomia. (BITTENCOURT, 2018, p.138)

Em confronto com a história sagrada a história civilização, que entram justamente no confronto das disciplinas escolares da sua formação e permanência de conteúdos, Circe Bittencourt aponta:

Nas escolas confessionais que se multiplicavam após a Proclamação da República e que, de forma contraditória, haviam estabelecido a separação entre Estado e Igreja Católica houve uma conciliação com a laicidade da História da Civilização e em tais escolas se estabeleceu a nomeação da disciplina como História Universal. (BITTENCOURT, 2018, p.136)

Por se apoiar em bases científicas a História das Civilizações difundida com a criação de manuais foi amplamente adotado no ensino secundário. Justamente por reforçar a ordem cívica conforme os interesses vigentes no início do século XX.

Com a Reforma de Capanema em 1942¹ a História do Brasil passa a ter autonomia. Reformas curriculares surgem especificando os conteúdos em unidades seriadas:

As disciplinas de História da Civilização – História Antiga, Idade Média e de uma História Moderna e Contemporânea continuaram a difundir, principalmente, as histórias das “guerras civilizadas” do mundo contemporâneo acrescidas de uma história econômica que anunciava a importância do desenvolvimento tecnológico e escondia a história das revoluções socialistas contemporâneas. (BITTENCOURT, 2018, p.139)

Christian Leville (1999) trata das disputas de narrativas em torno do ensino de história, e como por diversas vezes foi utilizada para enfatizar a história dos heróis e dos grandes acontecimentos, se tornando assim, uma ferramenta do estado para dominação da memória.

O autor afirma que ao fim da Segunda Guerra Mundial, buscou-se formar, a partir da história, um cidadão súdito, com uma formação política e social correspondente aos ideais da Pátria. Porém, com o passar do tempo podemos perceber que apesar da insistência dos manuais produzidos para enfatizar a história das grandes nações, os indivíduos excluídos dessas narrativas deixam de corresponder ao ideal de cidadão coadjuvante, e indagações emergem do “verdadeiro propósito” da História.

¹ A Reforma de Capanema teve como representante o ministro Gustavo de Capanema. Foi promulgada em 9 de abril de 1942, conhecida também como Lei orgânica do ensino secundário. Denominando o primeiro ciclo do ensino secundário com quatro anos e o segundo ciclo com três.

Esses questionamentos refletem que os indivíduos históricos são agentes da sua própria história, e também reflete a importância de introduzi-las no conhecimento histórico escolar. A autora Elza Nadai (1993) aponta, que devemos trazer para ciência e o ensino questionamentos e críticas do modelo tradicional e propor uma narrativa que valorize as múltiplas experiências.

Circe Bittencourt (2011) discute dois momentos fundamentais, o primeiro é reformulação dos currículos das áreas das ciências humanas 1988 a 1996, e o segundo mais recente a partir de 1997 a 2009 a grande produção de trabalhos referentes ao ensino de história.

Nesse primeiro momento percebemos a disputa em torno dos conteúdos da história escolar para criação de um currículo que abordasse as transformações ocorridas a partir 1970 e que abrangesse as necessidades quando houve a universalização das escolas, incluindo esses indivíduos dentro do processo de conhecimento histórico escolar.

Nessa perspectiva, as pesquisas na área de ensino tornaram-se mais imprescindíveis, pois à medida que os filhos das classes trabalhadoras adentram as escolas é fundamental que haja base para a formação de professores que dê suporte a esses sujeitos (BITTENCOURT, 2011).

Para atender essa nova dinâmica é preciso que haja outras formas de ensino-aprendizagem que dão conta desses novos personagens da escola e para isso propõe-se novas linguagens e fontes para o ensino. O que será posto, de forma mais específica para o ensino de história, mais adiante.

1.2 - Novas linguagens e fontes para o ensino de História

A introdução de novas fontes e linguagens se torna possível a partir do movimento da Escola dos Annales² (1929 -1945) que questiona o objeto de pesquisa, seja ele oficial ou não. Refletindo sobre a forma que a historiografia se limitava ao fenômeno cronológico dos acontecimentos, fatos e datas. Esse grande movimento na historiografia segue pela 3ª geração.

² A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Nesse momento há a criação da revista Annales d'Histoire Économique et Sociale, em 1929, cujo criadores Lucien Febvre e Marc Bloch reúnem ideais de diversos intelectuais que questionam a História tradicional.

Produções acadêmicas tratando sobre as limitações da história tradicional e sua perspectiva metódica, apontam para esse revisionismo histórico. Os autores que foram precursores nesse momento para a história foram Lucien Febvre (1878 -1956) e Marc Bloch (1886-1944), que apontam a necessidade de uma historiografia interdisciplinar e investigativa.

Neste momento os apontamentos são feitos sobre a história positivista que enaltece os grandes heróis e seus feitos, os autores dos Annales propõe uma escrita plural, ampliando a possibilidade no uso das fontes. Ou seja, para os diversos sujeitos históricos.

A historiografia aponta que a crítica sobre a história factual, foi pronunciada por diversos autores anteriores ao movimento da Escola dos Annales, conforme o autor:

O historiador alemão Johann Gustav Droysen também discorreria criticamente sobre a história factual no *Historik* (1858), e mesmo Jacques Le Goff, em 1978, no seu prefácio para *A nova história* (2011, p. 145-152), reconheceria um significativo grupo de precursores que havia precedido Bloch e Febvre na crítica contra a história factual política, citando nomes como o de Voltaire, Chateaubriand, Guizot, Michelet e Simiand. (BARROS, 2012, p. 307)

Podemos perceber a inquietação dos historiadores com a estrutura determinante da história factual. Neste sentido os debates acerca da finalidade da disciplina, assim como, sua metodologia foi alvo de mudanças, que só foi possível nesse cenário de disputa.

A contribuição da Escola dos Annales e suas respectivas gerações, são incontestáveis para que atualmente possamos trabalhar com a “história problema”. Esse conceito historiográfico foi definido em contraponto à história factual, esboçada pelos autores Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e Jacques Le Goff. Entre outros que posteriormente se opunham a história meramente narrativa.

A historiografia do século XX se reformulou a partir dos manifestos dos historiadores dos Annales, sugerindo que a história factual não representava as questões interdisciplinares do presente. Chegando a ser ultrapassada a ideia de que a história é apenas uma linha cronológica de fatos isolados. Abrindo, assim, espaço para novas abordagens que surgem a partir do enfrentamento das fontes e suas respectivas demandas. Em outras palavras, conforme Barros, (2012) a história tradicional se torna o “diabo útil” da historiografia no século XX. Expressão utilizada

para lembrar que a história tradicional pode ser evocada quando nos referimos às transformações na narrativa da história.

Desse modo, os ataques à estreiteza da história política nos anos 1930, então necessários, passaram à categoria da utilidade quando nos aproximamos dos meados do século. Talvez não fossem mais necessários, mas ainda eram úteis. Continuavam a constituir um bom item para um programa. Um programa, conforme insistimos, faz-se de demandas necessária se mesmo vitais, e também de simbolismos úteis – muitas vezes sob a forma de estandartes e de espantalhos. Com alguma frequência, um programa também precisados seus diabos. Quando um diabo morre, por vezes é preciso ressuscitá-lo, mesmo que através de aparelhos artificiais. (BARROS, 2012, p. 314)

Ao considerarmos trabalhar a pluralidade de fontes, assim como a interdisciplinaridade na disciplina de história, reforçamos a necessidade da “história problema”, que nos instiga a pensar a narrativa de forma investigativa, ampliando as possibilidades para novas abordagens.

Diante de todo esse cenário da escrita da história é preciso ressaltar as transformações no que tange às diretrizes no ensino básico, é necessário rever também novos métodos, abordagens e fontes para o ensino de história, mais especificamente no Brasil.

Por conseguinte, a educação sendo um espaço de ressignificação e aprendizagem é também espaço de disputa. Em vista disso, A Constituição Federal garante o acesso:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Atualmente mais uma referência suscita o exercício de habilidades com base no respeito à diversidade e à cidadania. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborada entre 2015 e 2017, como documento normativo que rege um conjunto de habilidades tanto para rede privada quanto pública, a serem trabalhadas pelos alunos, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE).

Reelaborada em 2018 a Base Nacional Comum Curricular, propõe uma educação inclusiva, plural com respeito às especificidades culturais e étnicas. Conforme:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p.7)

No entanto, para além dessa reflexão, a BNCC nos direciona para diferentes estratégias e fontes para o ensino de história que abrange outras formas de ensino e aprendizagem. Por isso aponta:

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (BRASIL, 2018, p. 398)

Por todos esses aspectos mencionados é possível pensar o ensino de história a partir de elementos como a música reiterando sua perspectiva interdisciplinar buscando acolher, respeitar e valorizar as inúmeras vivências, tendo em vista as individualidades como fator de relevância.

CAPÍTULO II

A MÚSICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo indicamos algumas possibilidades para trabalhar o ensino de história a partir de novas fontes e abordagens, vamos tratar sobre o uso da música e, em específico a música popular, afirmando sua importância cultural nas dinâmicas sociais, e na construção das identidades. Traremos o funk como fonte para refletir sobre a emergência de trabalhar gênero e sexualidade na escola, tendo como perspectiva as tensões geradas por esse gênero musical, sendo ele um dos ritmos muito escutado atualmente.

2.1 - A música como construção de conhecimento histórico

O conhecimento histórico pode ser adquirido/refletido a partir da problematização de determinado recorte, com base na concepção interdisciplinar que a história nos propõe. Problematizar “significa em primeiro lugar partir do pressuposto de que ensinar história é construir um diálogo entre o presente e o passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre os fatos que ocorreram em outras sociedades e outras épocas” (CAINELLI; SCHMIDT, 2004, p. 52).

No contexto da ampliação de fontes e/ou “revolução documental” segundo Le Goff (2003) a historiografia se volta para o ensino de história em uma perspectiva interdisciplinar, um novo olhar, uma nova forma de perceber o sujeito e objeto.

Pensar criticamente a narrativa histórica propondo trabalhar as tensões entre diferenças sociais e culturais, abrindo espaço para possíveis diálogos se tornam inerentes no contexto de transformação do ensino-aprendizagem.

Apesar da recente inserção para trabalhar diferentes fontes na história, temos um vasto campo de pesquisa no que tange o uso da música no ensino. Parte dessas metodologias são direcionadas nas aulas de história, afirmando “uma consciência musical”. (DUARTE, 2011, p. 12).

A música trás aspectos que partem de uma identidade cultural diversa, atravessando de forma artística e narrativa a experiência humana na história. Por isso, transpassam os muros da escola, desencadeiam discussões e unem ideais em comum. Nesta pesquisa ela é fonte e sujeito, prerrogativa de análises e respostas.

Não é possível dedicar-se sobre o estudo da música no ocidente sem antes compreender seus processos de transformação, sendo assim, Soares (2014) indica algumas características principais para essa compreensão:

As transformações que a música sofre através do tempo e espaço, não ocorrem de forma aleatória, mas estão intimamente ligadas as mais diversas questões culturais, geográficas, históricas e principalmente, à mentalidade das pessoas que a produzem, executam, ouvem e divulgam, sendo, portanto, uma interessante ferramenta para melhor compreensão de determinadas demandas de natureza histórica, sociológica, filosófica. (SOARES, 2014, p.1)

Segundo Marco Napolitano (2002, p. 94-97) a metodologia para trabalhar a música deve ser “elementar”, considerando parâmetros básicos de análise que são “letra” e “música”. O autor chama atenção para pesquisas que estão direcionadas para o uso da música na sala de aula, sobretudo nas disciplinas de história, mas, que se mostram rasas ao se tratar apenas da análise da letra das canções.

Dessa forma, a seleção da canção e a análise dos elementos poéticos e sonoros, conforme Marco Napolitano (2002) são fundamentais. Apesar de não sermos especialistas nos componentes técnicos musicais, é necessário observar como esses componentes se estruturam. Assim como o contexto de criação, produção, circulação, recepção/apropriação da canção.

Os elementos em torno da escolha da música, assim como o entendimento do contexto de produção e as formas instituídas de complexidade histórica, que no caso seria a recepção, demonstram:

Todas estas questões de ordem histórica e sociológica não negam o nível da experiência estética subjetiva da música, mas colocam uma outra ordem de questões. A experiência da “escuta” é mediada por outros aspectos da experiência musical (comunicacionais, expressivos, cinéticos, valorativos). (NAPOLITANO, 2002, p.64)

Verificamos que ao pesquisar sobre música na sala de aula há uma preferência para trabalhar a música popular, nesse caso, o gênero mais utilizado é a MPB, que se sobressai no desenvolvimento/produção de materiais para tratar de acontecimentos históricos, assim, encontra-se uma variedade de trabalhos que tratam por exemplo, o período da ditadura civil militar de 1964 no Brasil.

Deste modo, observamos que a MPB é um estilo musical que possui privilégios em relação ao uso na sala de aula, pois há, nesse sentido, uma hierarquização aos

outros gêneros da música brasileira, nos evidenciando outro ponto a ser trabalhado: a elitização dos gêneros musicais. É pertinente dizer ainda que a ausência de materiais/metodologias para trabalhar a música se dá justamente por essa seletividade de projetos direcionados para certos gêneros.

Marco Napolitano (2002), referindo-se a ao lugar social que a MPB ocupa, afirma:

A MPB será um elemento cultural e ideológico importante na revisão da tradição e da memória, estabelecendo novas bases de seletividade, julgamento e consumo musical, sobretudo para os segmentos mais jovens e intelectualizados da classe média. (NAPOLITANO, 2002, p.44)

Dessa forma, problematizar a utilização da música é fundamental, apesar dessa fonte partir de um lugar em que são trazidos aspectos sociais, econômicos e culturais, deste meio, não podemos cair na ingenuidade de tratá-la como representação do real. Para tanto, Selva Guimarães (2012) indica que,

Nessa perspectiva, a meu ver devemos evitar o “uso” de canções como mera ilustração ou recurso de motivação da turma, mas pensá-las como documento/fontes históricas produzidas por sujeitos históricos em determinados tempos e lugares. Isso requer um trabalho ao mesmo tempo sensível e sistemático (GUIMARÃES, 2012, p. 287).

Pensando nisso, a abordagem do uso da música para o ensino de história, propõe ao professor/pesquisador ter uma relação criteriosa com a fonte. Conforme Le Goff (2003) o “documento-monumento” deve ser tratado dentro de uma perspectiva da memória coletiva e o historiador tem que levantar indagações, para que o uso deste não se torne simplório.

Nessa perspectiva a fonte é um documento/vestigio para o pesquisador e não apenas um recurso lúdico, pois a sua base deve ser a criticidade e a responsabilidade com a memória coletiva. Quando o professor/pesquisador traz a metodologia para utilização de recursos em sala, a pretensão não é tornar o aluno um historiador hábil, mas, contribuir/estimular o diálogo com as referências.

2.2 - Música popular: o movimento funk participação feminina e seus embates

A música na sua complexidade é uma fonte que é construída conforme as relações de sua época, sendo ela uma manifestação cultural que reflete as distintas experiências, evidenciando saberes e práticas do coletivo. O que pretendemos aqui, então, é reforçar a importância da música popular no contexto escolar.

Marco Napolitano (2002) traz aspectos fundamentais para compreendermos a trajetória da música no ensino de história, com ênfase na concepção da música erudita e popular.

As construções culturais e sociais reivindicam um lugar muito especial na música, nesse espaço determinados grupos se identificam em contato com a produção artística, e encontram nela uma verdadeira oportunidade de se expressar/manifestar seus interesses.

Um primeiro esclarecimento se coloca para pontuar que a música erudita não se coloca em oposição da música popular, sendo assim:

Esta me parece uma premissa importante que deve nortear os trabalhos sobre música popular, principalmente na área de história e sociologia. Deve-se buscar a superação das dicotomias e hierarquias musicais consagradas (erudito versus popular) não para “elevantar” e “defender” a música popular diante da música erudita, mas para analisar as próprias estratégias e dinâmicas na definição de uma e outra, conforme a realidade histórica e social em questão. (NAPOLITANO, 2002, p.10)

Neste sentido, a música popular não se contrapõe a música erudita, ela nasce desse contexto de erudição, e conforme o tempo vai ganhando configurações no que atualmente conhecemos por ‘popular’¹. Em específico o conceito de música periférica/das ruas se encontra em consonância a essas mudanças, a partir de grupos que reivindicam a narrativa cotidiano na dimensão artística/cultural.

Para tanto, buscamos evidenciar outra alternativa, no que se refere ao gênero musical, que permite um olhar para lugares pouco explorados como a música periférica, e em especial o funk, ritmo que ainda é repleto de desafios e preconceitos e dessa forma, percebe-se que seu uso é relativamente menor nas salas de aula em vista de outros como a MPB.

Essa problemática parte, não só, da falta de produção de materiais didáticos que auxiliem as professoras e professores de história a trabalhar esses novos materiais didáticos, mas, também, a resistência da família, e outros membros da

¹Música Popular: se refere ao gênero que é criada pelo povo e ganha visibilidade.

escola. Essa oposição se dá, pois, a música traz em sua estrutura letras e performance que podem conter conteúdo sexual/sexualizado.³

A manifestação cultural do funk é um patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, seu reconhecimento é recente, apesar da sua popularidade e trajetória serem extensas no Brasil. A sua origem é de tradição musical afrodescendente e estadunidense, foi importado aos ritmos brasileiros nos anos 70, e tendo significativas transformações na década de 80.

Nos últimos anos, o funk carioca afastou-se da *soul music* e assumiu um ritmo semelhante ao encontrado na região de Miami (*Miami Bass*) com batidas mais rápidas; porém com músicas marcadas por protestos contra o tratamento dado pela sociedade em geral aos moradores dos morros e grandes aglomerados urbanos (comunidades da periferia) e por um teor mais acentuado de erotização nas letras e no modo de dançar. (AMORIM, 2009, p.20)

O cenário do funk no Rio de Janeiro passou por uma série de limitações por parte do poder público em especial com a promulgação da Lei 3410/00 | nº 3410, de 29 de maio de 2000. Que regulamenta uma série de parâmetros para o funcionamento dos bailes e restrições quanto à autonomia artística. As implicações se tornam ainda mais rígidas com a Lei nº 5265 de junho de 2008.

Art. 3º Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar a respectiva autorização à Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, mediante a apresentação dos seguintes documentos: Ver tópico I - Em se tratando de pessoa jurídica: Ver tópico a) contrato social e suas alterações; Ver tópico b) CNPJ emitido pela Receita Federal; Ver tópico c) comprovante de tratamento acústico na hipótese de o evento ser realizado em ambiente fechado; Ver tópico d) anotação de responsabilidade técnica - ART das instalações de infra-estrutura do evento, expedido pela autoridade municipal local; Ver tópico e) contrato da empresa de segurança autorizada a funcionar pela Polícia Federal, encarregada pela segurança interna do evento; Ver tópico f) comprovante de instalação de detectores de metal, câmeras e dispositivos de gravação de imagens; Ver tópico g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência, com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem; Ver tópico h) nada a opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca. Ver tópico II - Em se tratando de pessoa física: Ver tópico a) cópia da carteira de identidade; Ver tópico b) cópia do CPF; Ver tópico c) os documentos elencados no inciso

³ Nesse sentido, refere-se um segmento do Funk conhecido como proibidão, que apresenta letras podem fazer apologia ao crime, de cunho sexual e performances (dança) que envolve a sexualidade feminina (AMORIM, 2009, p.21).

anterior entre as alíneas c e h. Ver tópico **Parágrafo único** - O pedido de autorização para a realização do evento deverá informar: Ver tópico **I** - expectativa de público; Ver tópico **II**- em caso de venda de ingressos o número colocado à disposição; Ver tópico **III** - nome do responsável pelo evento; Ver tópico **IV** - área para estacionamento, de maneira a não atrapalhar o trânsito das vias públicas, bem como a sua capacidade; Ver tópico **V** - previsão de horário de início e término; Ver tópico

Art. 4º - A autoridade responsável pela concessão da autorização poderá limitar o horário de duração do evento, que não excederá a 12 (doze) horas, de forma a não perturbar o sossego público, podendo ser revisto a pedido do interessado ou para a preservação da ordem pública. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.265/2008, 2008)

Todas essas objeções para o funcionamento dos bailes, se refere tanto a participação das Unidades Pacificadoras (UPP) nas comunidades pobres do Rio de Janeiro, quanto um crescente discurso da associação dos bailes funks com facções criminosas. A lei instaura critérios rigorosos para a liberação das festas, como não fizerem sobre nenhuma circunstância em outras manifestações culturais.

A associação do funk com letras que incitam violência ou que façam apologia com facções criminosas, em tese é sim existente, seria contraditório negar que nessas letras que são inspiradas pelas experiências dos MCs não contenha algo tão próximo da periferia que neste caso é a criminalidade.

Estamos ressaltando em que cenário o funk se fez presente nos primórdios da sua popularidade no Brasil, por isso, é inevitável falar de funk sem citar os bailes cariocas e a criminalização que o movimento enfrentou.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo

para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2012, p.12)

Se torna dever do Estado a preservação dos bens culturais, bem como manifestações que trazem o aspecto de identidade e celebração coletiva, ligada a autonomia e criatividade humana. O projeto de Lei nº2855/2020 após anos de embates entre o funk e o poder público propõe:

Artigo 1º - Fica declarado como Patrimônio Cultural de natureza imaterial do Estado do Rio de Janeiro a cultura Funk e todas as suas manifestações artísticas, para fins de tombamento, a ser inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão.
 Parágrafo único - A inscrição a que alude o *caput* deverá ser realizada pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.
 Artigo 2º - O Poder Público deverá assegurar e fomentar a cultura e o movimento funk, a realização de suas manifestações próprias, sem regras discriminatórias, nem diferentes das que regem outras manifestações da mesma natureza.
 §1º - Os assuntos relativos à cultura funk deverão, prioritariamente, ser tratados pela Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa, que poderá abrir pasta específica para o tema.
 § 2º - O Poder Público deverá promover ações de divulgação, formação e capacitação, ligadas às modalidades artísticas características do movimento funk, além de atividades que visem à discussão, à troca e ao debate de ideias relativas às políticas públicas para a juventude.
 Artigo 3º - Os artistas da cultura funk são considerados agentes da cultura popular, desde que não façam, através deste gênero musical, apologia à violência, tráfico de drogas e quaisquer outros crimes previstos pela legislação vigente.
 Parágrafo único: Considera-se artistas da cultura funk, o intérprete, compositor, dançarino e quaisquer pessoas que trabalhem direta ou indiretamente com o gênero musical funk.
 Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 (A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Proj. Lei nº 2855/2020. 8 de julho de 2020)

Nessa perspectiva temos o Projeto de Lei nº2855/2020² que propõe a legítima manifestação cultural do funk e seus adeptos, assim como prevê na proposta as condições artísticas requerida a música popular em repúdio às discriminações, com ênfase na orientação que estes não façam apologia ao tráfico de drogas e/ou violência.

Por mais que esse projeto de lei vise o respeito e manutenção dessas atividades que envolvam o funk, temos uma onda crescente do conservadorismo no Brasil na atualidade, partidos conservadores como o Partido Social Liberal PSL, buscam a partir de

² O projeto de lei proposto pelo Deputado Rodrigo Amorim está em tramite desde 2020 e ainda não foi sancionado, sua última atualização foi em 26 de maio de 2021.

propostas de lei proibir o funk/danças nas escolas, neste caso um desses projetos foi aprovado no Mato Grosso do Sul.

O Projeto de Lei proposto pelo deputado Renan Contar ou Capitão Contar (PSL) proíbe a exposição de crianças e adolescentes a danças e movimentos que aludam à sexualização em âmbito escolar. O projeto foi discutido nesta quinta-feira (17), na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS). A norma foi aprovada em segunda votação, por 16 votos contra 3, e segue para sanção do Governador. O projeto proíbe que escolas públicas e privadas do Estado utilizem de coreografias que exponham as crianças e adolescentes à erotização precoce e atos “pornográficos”, em apresentações de danças, eventos e manifestações culturais, dentro e fora das instituições de ensino. (OLLIVER, 2022, sem página)

Desde modo, o poder público busca coibir atividades que “incitem” a sexualização precoce dentro das escolas, mas, não há iniciativa para incluir educação sexual para a juventude. Atraídos pelo discurso errôneo que educação sexual, é ensinar a fazer sexo, os educadores sofrem censura ao trazer projetos que debatam sobre sexualidade.

Apesar disso, é necessário buscar outras perspectivas que nos leve a pensar maneiras de trazer essas discussões para as aulas, de forma crítica, que dialogue com os estudantes, e os leve a refletir sobre muitas temáticas como a violência, marginalização, a participação feminina (que o ponto deste trabalho), entre outros, que emergem do funk.

Ainda sobre o erotismo e sobre o discurso machista presentes em muitos funks, este trabalho busca evidenciar o protagonismo feminino neste cenário. O corpo da mulher muitas vezes é a principal fonte de conteúdo sendo ele objetificado e deflagrado em função da cultura machista que coloca a mulher como coadjuvante nesse processo. Muitos preferem chamar de “inspiração”, mas, a narrativa que continua sendo perpetuada é que o funk é sinônimo da hipersexualização feminina.

Em parte, assim como o contexto da criminalização do funk associado a facções criminosas, o erotismo também está presente nesse gênero musical. Mas, não podemos generalizá-lo tendo como base uma fração de muitas especificidades que o movimento funk se afirmou.

Para melhor compreendermos o funk é necessário entendê-lo como um movimento que possui práticas que o diferencia dos movimentos dos quais se inspirou. À vista disso, Márcia Fonseca Amorim (2009), nos ajuda a perceber os

aspectos importantes do funk como movimento que engloba vários elementos. Para tanto:

O funk é um movimento musical que integra música, coreografia, modo de se vestir e de se posicionar socialmente, por isso ele é tratado, neste estudo, como um movimento musical/social e não apenas como um gênero musical [...] Essa identidade outra que o diferencia dos demais movimentos musicais de mesma raiz se inscreve no modo como esses sujeitos se posicionam em relação a si mesmos e à sociedade: o funkeiro, geralmente, apresenta-se como “o sujeito da favela” que gosta de cantar e dançar de uma maneira própria, despojada, utilizando um linguajar simples, característico das periferias dos grandes centros urbanos. (AMORIM, 2009, p.20)

Assim sendo, é viável que busquemos maneiras para tratar as questões trazidas desse movimento para a escola, entendendo que o funk se manifesta a partir de um lugar, em que questões sociais e culturais emergem, é legítimo e necessário trazer essa discussão para os espaços escolares e outros espaços de aprendizagem.

É a partir dessas ausências e permanências que buscamos alternativas para tratar questões trazidas da sociedade para a escola. Em uma perspectiva cultural na qual o funk emerge de um lugar marginalizado e ganha outras configurações para ser aceito.

A mulher foi por diversas vezes invisibilizada na história, e no funk não se mostra diferente, quando nos debruçamos em torno da narrativa genérica que atribui à mulher na perspectiva masculina, encontramos os mais diversos silenciamentos.

A ascensão do movimento feminista está diretamente relacionada com a permanência da mulher nesses espaços. O funk emerge da música popular e se faz como instrumento na vivência dessas mulheres permitindo que a partir dos versos em forma de protesto, ganhem visibilidade e sejam ouvidas. Diante dessa configuração que hipersexualiza e reforça estereótipos, trataremos o funk como fonte para discutir o empoderamento feminino, tendo em vista a sua repercussão. Evidenciando a existência da cultura machista em contraponto com produções feitas por mulheres.

Com base na perspectiva de “reconstruir a dinâmica educacional” Candau (2012) afirma:

Favorecer processos de ‘empoderamento’ principalmente orientados aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. O “empoderamento” começa por liberar a

possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil. (CANDAU, 2012, p, 49-50)

A pluralidade de narrativas parte da introdução de diversos grupos sociais, dentre eles, os sujeitos no contexto da música popular, nos orientando na compreensão desse espaço a partir das linguagens expressas, nas canções, na dança e nos elementos heurísticos.

Partindo desse diálogo sobre cultura, identidade e ensino de história, Jorn Rüsen (2006) considera que a história ocupa um espaço fundamental em todo processo de ensino-aprendizagem e contribui na formação de uma sociedade consciente das suas demandas:

Dadas estas orientações, as expectativas da história foram grandemente expandidas, indo além de considerar apenas os problemas de ensino e aprendizado na escola. A didática da história analisa agora todas as formas do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. (RUSEN, 2006, p.12.)

Podemos refletir a partir dessa contribuição que a historiografia está em constante transformações e nesse âmbito as fontes e novas abordagens para o ensino de história agregam na compreensão das relações sociais em outras palavras, o seu uso permite que possamos compreender a história a partir de outros lugares e sujeitos que produzem o conhecimento histórico.

Dessa forma, o ensino de história através da música aproxima-os possibilitando uma melhor apreensão do conteúdo histórico e ainda das diferentes existências.

Porém temos que tomar cuidado na utilização dessas fontes, para que não se torne parte ilustrativa da aula, sem o devido questionamento a fonte (NAPOLITANO, 2002) ou ainda usado para a memorização de certos fatos isolados do fazer história e assim, “Consideremos então que, nesse caso, a utilização da música enquanto recurso didático mais desestimula o aprendizado da história do que o oposto” (SOARES, 2017, p.81).

Dessa maneira, Olavo Pereira Soares (2017), apresenta dois motivos pelos quais isso acontece. Um diz respeito ao conteúdo e o outro ao método:

Em termos de currículo e de conhecimento histórico a ser trabalhado nas séries iniciais, há quase um consenso entre pesquisadores do ensino de história de que os conteúdos voltados para a formação da pátria e do cidadão patriótico estavam vinculados a momentos específicos de nossa história política e não têm vínculos com a produção historiográfica. [...] São concepções metodológicas que compreendem a música como um recurso didático que auxilia os professores a pedirem a atenção dos alunos, que facilitam os processos de memorização de determinadas informações, ou servem de “apêndice” para as aulas e demais atividades escolares. (SOARES, 2017, p.81)

Contudo, se utilizado de maneira crítica, entendendo o que será feito, como será, e porque será feito (LEONTIEV apud SOARES, 2017) a música torna-se um aliado, agregando na produção do conhecimento histórico de estudantes em sala de aula. Para tanto é necessário que haja formação que permita que o professor/a possa compreender essas novas fontes para que seu uso seja completo e de alguma maneira faça sentido para ele/ela e para os estudantes.

Portanto, quanto foi dito, o uso da música no ensino de história no processo de ensino-aprendizagem é possível, desde que seja estabelecido critérios que sejam previamente apresentados e que estejam claros para professores/a e estudantes os objetivos do uso.

Dessa forma seu uso será completo e completará sua função. Desta forma, para o próximo capítulo apresentaremos como proposta um material didático e o seu uso, evidenciando o uso da música nas aulas de história, utilizando o Funk e o protagonismo feminino.

CAPÍTULO III

PESQUISA E DIDÁTICA NO ENSINO

Neste capítulo vamos demonstrar a importância da pesquisa como um instrumento diagnóstico para o ensino de história. É a partir da pesquisa que podemos nos localizar/posicionar e estabelecer abordagens que possam ser trabalhadas em sala. A relevância de questionários educacionais nos norteiam na construção de análises/intervenções direcionadas para o ensino. Demonstraremos neste estudo a relevância da pesquisa na construção do saber histórico.

3.1 - A experiência do funk nas aulas de história

Nesta etapa, em consonância com o Estágio Supervisionado I, II, III e IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, no curso de Licenciatura em História em Marabá, fizemos uma pesquisa/estudo sobre o ensino de História. Aplicamos um questionário (ver apêndice A) na turma do 7º ano na escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo, com o intuito de saber como os alunos estavam refletindo sobre a disciplina de história, avançamos gradativamente em torno da pesquisa realizando as etapas a cada disciplina de Estágio.

Correspondente a primeira etapa, fizemos uma síntese reflexiva em torno da teoria aplicada do estágio e docência e suas possibilidades em sala de aula. Esse ponto foi muito expressivo, pois ainda não tínhamos feito um elo entre teoria e prática. Fizemos a análise do entorno da escola e sua relação com a história local/regional.

Na segunda etapa um dos principais resultados obtidos parte da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, assim como a leitura da teoria sobre a cultura escolar, conciliando as nossas observações em torno da gestão e a dinâmica das aulas. Neste contato em sala de aula, obtivemos um avanço em relação à pesquisa observando de forma diagnóstica.

A partir dessa experiência em sala observamos a dificuldade dos alunos para compreender a disciplina de história para além de museus e acervos. Com a finalidade de trazer uma proposta para o ensino de história com uma nova abordagem, aplicamos um questionário (ver apêndice A) de múltiplas escolhas com questões objetivas/dissertativas. A meta que objetivamos na pesquisa é exatamente fazer uma intervenção que possa trazer outra visão de história na vivência dos alunos.

O método de trazer novas linguagens e introduzir a música nas aulas não deve ser meramente interativo, mas instigue a problematizar as canções que tanto ouvem, visto que no resultado do questionário (ver apêndice A) é afirmado que esse é o gênero musical mais ouvido por eles.

A percepção sobre os diversos elementos que as músicas trazem são essencialmente históricos, essa compreensão eleva o conhecimento dos alunos e instiga a reflexão do funk como uma fonte documental. Ainda nesta etapa, elaboramos um material/guia com base na observação que fizemos a partir do contato em sala de aula, e as respostas obtidas a partir do questionário (ver apêndice A). Após a confecção do material com base nas respostas do questionário, apresentaríamos a proposta, mas, em função da pandemia do covid-19 não foi possível.

Durante a experiência de Estágio Supervisionado proporcionada pela Faculdade de História na UNIFESSPA/Marabá/ICH podemos diagnosticar a ausência de diálogos sobre feminismo e educação sexual, o material/guia serve como apoio pedagógico para tratar essas temáticas.

No material buscamos evidenciar o significado dos conceitos: Feminismo; Direitos Equânimes; Gênero; Empoderamento Feminino; Padrões Patriarcais. Evidencia-los é importante pela complexidade que os conceitos trazem, portanto demonstramos o seu significado logo no início do material, pois muitas vezes são generalizados, ou pouco trabalhados. Entendemos que tratar os conceitos em consonância com a temática, facilita a compreensão do público em geral, e não torna o guia um material técnico, mas didático. Conforme Vigotski:

Não menos que a investigação teórica, a experiência pedagógica nos ensina que o ensino direto de conceitos sempre se mostra impossível e pedagogicamente estéril. O professor que se envereda por esse caminho costuma não conseguir senão uma assimilação vazia de palavras, um verbalismo puro e simples que estimula e imita a existência dos respectivos conceitos na criança, mas, na prática, esconde um vazio. (VIGOTSKI, 2009, p. 247)

Os alunos amam palavras complexas e de certo, atribuí-las a uma temática em sala se torna instigante. Porém só a palavra por ela mesma, não basta. Por isso é interessante que pesquisem sobre, para que possam atribuí-las em contexto sólido, sem pontas soltas.

Ainda sobre a popularidade do funk, assim como sua audiência com o público jovem, nos direcionamos para a compreensão da indústria que movimenta o funk nacional.

Neste sentido, a perspectiva da indústria cultural nos diz que a produção artística se insere em uma dinâmica capitalista de consumo e reproduções. Portanto, devemos compreender o funk para além da sua popularidade, considerando que elementos têm tornado esse gênero tão estimado atualmente. Para tratar sobre a indústria cultural Theodor Adorno afirma:

O efeito do conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um antiiluminismo [anti-Aufklärung]; nela, como Horkheimer e eu dissemos, a desmistificação, a Aufklärung, a saber a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meios de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvar e desabrochar senão através de homens não tutelados. Se as massas são injustamente difamadas do alto como tais, é também a própria indústria cultural que as transforma nas massas que ela depois despreza, e impede de atingir a emancipação, para qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam. (ADORNO, 1975, p.295.)

Sendo assim o autor nos norteia na complexa compreensão das 'forças' que direcionam a ausência da autonomia artística, em função da indústria cultural. Esse movimento está relacionado com homogeneização dos sentidos, as produções seguem os parâmetros da indústria para fins estéticos de consumo.

Quando nos direcionamos para essas definições da música enquanto produto cultural essa temática se amplia ao tratar da música popular. A dupla natureza da música para essa pesquisa como produto e fonte para o ensino de história reafirma que a necessidade do olhar do professor/pesquisador para as dinâmicas sociais que transcendem as produções artísticas se tornando um reflexo das questões do presente.

E foi observando e analisando essas questões que podemos aprender alguns aspectos que consideramos significativos no que tange a pesquisa em sala e a práticas de investigação. Tendo como apoio a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o Projeto político pedagógico (PPP), da escola adequamos a possibilidade para trabalhar o funk na sala de aula, no que compete:

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. (BNCC, 2018, p. 404)

Sabemos a importância da observação em sala, assim como a importância do questionário (ver apêndice A) e do material didático tendo em vista a ausência de projetos direcionados a trabalhar gênero/sexualidade e educação sexual nas escolas.

A música é um patrimônio cultural imaterial, que traz expressões coletivas na construção dos saberes na composição das identidades. Conseqüentemente, é de suma importância histórica.

Um trabalho com a linguagem expressa das canções foge ao convencional em sala de aula. Seu propósito é auxiliar o aluno a construir o conhecimento histórico a partir de documentos diferenciados dos costumeiramente presentes nas aulas e, por isso, sua utilização está relacionada a propostas alternativas de organização de conteúdo. (ABUD, 2005, p.315).

A elaboração das aulas com música não devem ser consideradas como uma experiência de recreação, pois a música é uma fonte e deve ser tratada com planejamento, são inúmeros elementos aos quais podemos analisar como: letra, ritmo, dança. Todas essas características devem ser observadas, com a intenção de delimitar o que vamos produzir durante a nossa aula, ou melhor quais são os objetivos/metastas que desejamos alcançar.

A elaboração da aula deve ser alinhada e desenvolvida com a plena participação dos alunos, por haver uma complexidade de elementos que podemos abordar. A delimitação tem como função ampliar nosso olhar para a fonte, evidenciando as inúmeras possibilidades que a canção trás, pois “Os alunos não estão sozinhos frente aos saberes, nem os professores. Por isso o projeto é uma possibilidade de reconciliação das relações entre sujeitos, saberes e prática.” (AMORIM, 2009, p.147).

3.2 Guia didático: Como usar o funk para ensinar sobre o feminismo na sala de aula

No que diz respeito ao funk como fonte em sala, utilizaremos o material/guia didático produzido durante a disciplina de Estágio Supervisionado IV, para tratar sobre feminismo com base nas letras dos funks produzidos por mulheres, e trazendo conceitos prévios para abordar essa temática que se faz ausente nas aulas.

O resultado do questionário (ver apêndice A) ressalta o ponto central deste trabalho que é trazer novas linguagens para o ensino de história. O questionário foi aplicado para 30 (trinta) estudantes, 14 (quatorze) alunas e 16 (dezesesseis) alunos e dispôs de 8 (oito) perguntas, designamos 5 (cinco) questões objetivas de múltipla escolha, enunciadas.

A 1° (primeira) “você gosta de História” possibilitando que o estudante respondesse: “sim, eu gosto”, “gosto pouco”, “não gosto”. 2° (segunda) “você compreende os conteúdos das aulas de História?” possibilitando as respostas: “compreendo com facilidade”, “compreendo, mas, tenho dificuldades”, “não compreendo”. 3° (terceira) “Para você onde está a História?” alternativas: “museus, acervos”, “escola, livro didático”, “na rua, em casa”, “filmes, desenhos e series”, “internet”, “outros, onde? (lugar destinado para respostas amplas)” 4° (quarta) “Você gosta de funk” alternativas: “sim”, “não”, “mais ou menos”. 5° (quinta) “Acha que podemos apreender/ensinar História a partir de gêneros musicais como o funk?” alternativas: “sim”, “não”.

Nas últimas 3 (três) questões objetivas/dissertativas direcionamos as perguntas para nossa fonte de pesquisa, para que o estudante pudesse argumentar sobre as perguntas de forma escrita. Na 6° (sexta) “o funk é um dos ritmos mais tocados no Brasil na sua opinião o que faz o funk fazer tanto sucesso?”, na 7° (sétima) “em sua opinião, quem são as pessoas que fazem história?”, na 8° (oitava) “para você a história tem algum significado importante? qual?”.

As respostas convergem com o nosso principal objetivo, de trazer novas metodologias, porque os alunos compreendem que a História só está em museus e acervos, em sua maioria, denominam o funk como o principal gênero musical ouvidos por elas/eles, mas não consideram que seja possível utilizar o funk como fonte para aprender história.

Na 1° (primeira) pergunta “você gosta de história” dentre as 30 respostas, 56,7% responderam “gostou um pouco”, 33,3% responderam “sim, eu gosto”, e 10% responderam “não gosto”.

Na 2° (segunda) pergunta “você compreende os conteúdos das aulas de história?” 56,7% responderam “compreendo, mas tenho dificuldade”, 40% responderam “compreendo com facilidade”, 3,3% responderam “não compreendo”.

Na 3° (terceira) pergunta “para você onde está a História”, 50% responderam “museus e acervos”, 16,7% responderam “escola e livro didático”, 16,7% “outros”, 13,3% responderam “na internet” e os outros 3,3% responderam “na rua, em casa.” (Ver apêndice B)

O resultado do questionário (ver apêndice A) se mostrou preocupante, os alunos não gostam da disciplina de história, e consideram que não podem relacioná-las em sala de aula com outras fontes além do livro didático. Com base nesses resultados, concluímos a importância de trazer para a sala de aula e aulas de história reflexões em torno no ensino-aprendizagem.

Com base nas afirmativas que a história está relacionada ao patrimônio material, como museus e acervos Selva Guimarães afirma:

Os debates sobre memória, história e cultura material, sobre os objetos de uso cotidiano e outros registros que fazem parte do patrimônio histórico-cultural, tornaram-se referenciais importantes tanto para a pesquisa como para o ensino fundamental. No entanto, enfrentamos riscos, no ensino e em outros ramos de conhecimento histórico, de reduzir o trabalho com cultura material ao inventário, por vezes, apenas ilustrativo, de diferentes artefatos, sem uma reflexão mais detida e rigorosa sobre sua situação num mundo de homens e mulheres que se relacionam por meio de símbolos e poderes. (GUIMARÃES, 2012 p. 379)

Essa preocupação que a autora demonstra sobre o reducionismo das fontes materiais, serem utilizadas como um recurso lúdico/ilustrativo também confere sobre a nossa preocupação relacionada às fontes culturais imateriais, serem utilizadas com esse intuito. Por isso ressalta-se a importância de dialogar sobre as inúmeras possibilidades que temos de análise das fontes, e pensá-las não como abstração do real mais um vestígio.

Infelizmente por muitas vezes a única ferramenta didática que o professor tem no ensino básico é o livro didático. Isso parte de uma realidade em que a/o educador é imerso a uma série de dificuldades, podemos citar inúmeras implicações, como é o caso da desvalorização profissional e a falta de estrutura nas escolas, assim como, a

ausência de capacitações que possa encorajar os colegas nessa empreitada, frente a novas possibilidades de fontes para o ensino.

De certas essas implicações sugeridas pela autora, fazem parte de questões extensas que limitam a/o professor a trabalhar apenas com o livro didático. Entendemos que esse cenário de desvalorização dos profissionais da educação, instiga pesquisadores a buscar soluções para que possamos exercer as atividades em sala com iniciativas com base no desenvolvimento de materiais didáticos.

Por isso, durante a experiência de Estágio em confronto com as dinâmicas da escola, com pleno entendimento da complexidade que é o espaço escolar, assim como, o exercício da docência, produzimos um material didático para ser utilizado como instrumento pedagógico em sala, afirmando a intenção da nossa pesquisa, que é ensinar/discutir feminismo a partir do funk.

Com o apoio do professor Dr. Carlo Guimarães, coordenador do Estágio Supervisionado, fizemos essa proposta de intervenção. O material encontra-se disponível online no site do Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa em História (LEEPH).⁴ Com o título “Como usar o FUNK para ensinar sobre feminismo na sala de aula”.

Após trabalhar os conceitos vinculados ao nosso objetivo de pesquisa, o funk, propomos uma análise do funk da Mc Carol e Karol Conka, intitulado “100% feminista”. Para essa atividade sugerimos a/o professor que imprima a letra da canção e apresentá-la com a música/instrumental com auxílio de uma caixa de som.

Essa proposta de ler/ouvir a canção é importante, pois, os elementos sonoros também são relevantes na compreensão do que o artista quis trazer durante a obra. Logo, não é menos importante que a letra, sendo um elemento que compõe nossa fonte. A música diz:

MÚSICA - MC Carol ft. Karol Conká – 100% Feminista, 2016.

Presenciei tudo isso, dentro da
minha família
Mulher com o olho roxo,
espancada todo dia
Eu tinha uns 5 anos, mas já
entendia

Que mulher apanha, se não
fizer comida
Mulher oprimida, sem voz,
obediente
Quando eu crescer, eu vou ser
diferente

⁴ acesso em 21 mai. 2022.

Eu cresci, prazer Carol bandida	Represento as mulheres, 100% feminista
Represento as mulheres, 100% feminista	Eu cresci, prazer Karol bandida
Eu cresci, prazer Carol bandida	Represento as mulheres, 100% feminista
Represento as mulheres, 100% feminista	Represento Nina, Elza, Dona Celestina
Represento Aqualtune, represento Carolina	Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina
Represento Dandara e Xica da Silva	Tentam nos confundir, distorcem tudo que eu sei
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro	Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis
Forte, autoritária e as vezes frágil, eu assumo	A falta de informação enfraquece a mente
Minha fragilidade não diminui minha força	Tô numa crescente porque eu faço diferente
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça	Eu cresci, prazer Carol bandida
Sou mulher independente não aceito opressão	Represento as mulheres, 100% feminista
Abaixa sua voz, abaixa sua mão	Eu cresci, prazer Carol bandida
Mais respeito	Represento as mulheres, 100% feminista
Sou mulher destemida minha marra vem do gueto	Eu cresci, prazer Carol bandida
Se tavam querendo peso então toma esse dueto	Represento as mulheres, 100% feminista
Desde pequenas aprendemos que silencio não soluciona	Eu cresci, prazer Carol bandida
Que a revolta vem à tona pois a justiça não funciona	Represento as mulheres, 100% feminista
Me ensinaram que éramos insuficiente	100% feminista
Discordei, pra ser ouvida o grito tem que ser potente	100% feminista
Eu cresci, prazer Karol bandida	100% feminista
	100%

Na letra da música é perceptível que as relações de poder são impostas desde a infância, assim como a violência física e psicológica que muitas mulheres são impostas. As compositoras da música tratam o empoderamento feminino como o fim de uma cultura machista. Ao empoderar-se passam a representar outras mulheres que enfrentam/enfrentam esses ciclos de violência.

O ritmo da letra trás aspectos instrumentais agudos, com pausas enfáticas para os versos como forma de “protesto/dueto” entre as cantoras. Ressaltando a violência

doméstica e o silêncio de mulheres em torno das contradições do século XIX, conforme explicitado no 6º (sexta) estrofe.

Ressaltar a presença feminina a partir de uma letra consciente que traga elementos que busquem uma ruptura com os padrões de opressão, faz toda diferença na ação educativa, objetivando “[...] produzir outro cotidiano, onde as diferenças e a diversidade se façam ver, não para serem excluídas ou hierarquizadas, mas para serem incluídas no cotidiano e no processo de pedagógico de modo potente e, rico e respeitoso” (MEC, 2006, p. 71). Dessa forma o educador pode trazer elementos que visem a participação plural dos sujeitos, considerando essas experiências relevantes para o ensino.

Quando produzimos o material/guia avaliamos a necessidade de um apoio pedagógico que pudesse nortear de forma didática a temática sobre feminismo. A ausência de propostas que tragam o funk e os conceitos em torno do protagonismo feminino é evidente. Por isso, é tão relevante produzirmos pensando na aplicabilidade dos conceitos na sala de aula em prol da construção do conhecimento histórico.

O conhecimento histórico é o confronto das questões do presente com as demandas das mudanças sociais no tempo. A escola como parte desse processo incorpora todos esses elementos que nós enquanto educadores possamos refletir/atribuir com sua transformação.

MATERIAL/GUIA DIDÁTICO

Guia didático: página I

Autora: Bárbara Cristina Souza
Orientador: Prof.DR. Carlo Monti
Guimarães.

GUIA DIDÁTICO

APRESENTAÇÃO

Diante do avanço das pesquisas sobre o ensino, percebe-se a necessidade de novas fontes e abordagens que aproxime os alunos da realidade em que estão inseridos. A música se apresenta como uma fonte riquíssima, pois é uma das manifestações culturais mais acessível nos grupos sociais. E atualmente o funk é um dos ritmos musicais mais ouvido pelos jovens e é por esse motivo que devemos explorá-lo na mais variadas temáticas.

O guia didático é um apoio aos colegas educadores para trabalhar a temática musical utilizando elementos do funk com foco em gênero e sexualidade, assim como o empoderamento feminino.



Fonte: Autora da pesquisa 2021

Como usar o FUNK para ensinar sobre feminismo na sala de aula.



INTRODUÇÃO

O Presente trabalho é a continuidade do projeto/relatório da disciplina de Estágio Supervisionado I, II e III, apresentado a Faculdade de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Temos como objeto de pesquisa a escola E.M.E.F. Dr. José Cursino De Azevedo dando seguimento as observações e metas realizadas a partir do Projeto Político Pedagógico e acompanhamento das aulas em 2019. Orientado pelo prof. Dr. Carlo Monti.



O que são conceitos?

Conceito significa definição, concepção ou caracterização. É a formulação de uma ideia por meio de palavras ou recursos visuais. O conceito pode ser uma ideia, juízo ou opinião sobre algo ou alguma coisa.



O que é feminismo então?

Feminismo é um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideologias e filosofias que têm como objetivo comum: **direitos equânimes** e uma vivência humana por meio do **empoderamento feminino** e da libertação de **padrões patriarcais**, baseados em normas de **gênero**.

Feminismo e o Funk

Aqui iremos aprender como trabalhar através do funk, relacionando este estilo musical com os conceitos fundamentais do Feminismo.



Porque os conceitos são importantes?

Para o público geral, ou seja nossos alunos, algumas palavras são complexas (técnicas) para a compreensão da temática, por isso iremos trabalhar com caixas de diálogos ao longo desse percurso.

CONCEITOS DE FEMINISMO



Como vimos anteriormente, grifado no texto, conceitos básicos do feminismo. Aqui falaremos de forma sintetizada (pois esta discussão é bastante ampla) desses conceitos afim de que fique compreensível o entendimento da temática para você e seus alunos.



Gênero

Gênero, além de conceito é uma linha de pesquisa que bastante ampla e que aqui não se esgota. Refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico.

Empoderamento Feminino

Refere-se aqui pela exaltação do 'poder' feminino num sistema que oprime, violenta e invisibiliza mulheres e seus feitos na sociedade.

Direitos Equânimes

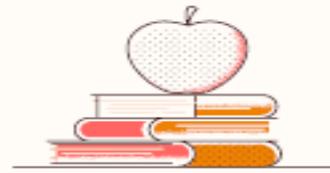
Entender esse conceito é importantíssimo, pois é o pilar central da luta feminista, que por muitas vezes é confundida e distorcida. Equidade é forma de colocar os diferentes gêneros (que pode ser também raça e sexualidade) nos mesmos patamares de direitos na sociedade, tratando assim pessoas diferentes nas suas diferentes especificidade.



Padrões Patriarcais

Patriarcado é um sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades.

NOVAS ABORDAGEM E O FUNK



O Funk é um estilo musical derivado do Soul Music, Rhythm e Blues, Rock, iniciado nos Estados Unidos. Chegando ao Brasil foi sofrendo alterações onde se fragmentou em vários subestilos como: Melody, pesadão, ostentação e outros. Nascido na periferias do Rio de Janeiro, o Funk trás consigo letras que visibilizam o dia-a-dia das favelas. Sua representação, de modo geral, pela sociedade vinculava-o à marginalidade, prostituição e vagabundagem.



O Funk e o Feminismo

No entanto, mais recentemente, está havendo um movimento de volta no Funk, onde mulheres ressignificam essas letras como forma de protesto e emponderamento, tranendo à tona as violências sobridas dentro e fora do Funk.

O Funk e o Machismo

O Funk é um dos ritmos mais ouvidos nas plataformas de músicas e vídeos. Dessa forma, sendo acessível a todos, e principalmente a jovens e adolescentes. Nosso publico. Suas letras expressam a objetificação e hipersexualização dos corpos femininos, que em sua maioria escritas e cantadas por homens que trás consigo o machismo enraizado.



Funk, Feminismo e novas abordagem no ensino

O Funk possui grandes potencialidades no seu uso em sala de aula, através delas é possível fazer discussões de âmbitos, violência domestica, raça, desigualdade social e outros.

ANÁLISE DE UM FUNK



VAMOS ANALISAR UM AGORA ?

MC Carol & Karol Conka

100% FEMINISTA

Presenciei tudo isso, dentro da minha família
Mulher com o olho roxo, espancada todo dia
Eu tinha uns 5 anos mas já entendia
Que mulher apanha, se não fizer comida
Mulher oprimida, sem voz, obediente
Quando eu crescer, eu vou ser diferente

Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Aquatune, represento Carolina
Represento Dandara e Xica da Silva
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro
Forte, autoritária e as vezes frágil, eu assumo
Minha fragilidade não diminui minha força
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça
Sou mulher independente não aceito opressão
Abaixa sua voz, abaixa sua mão

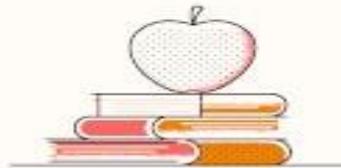
Mais respeito
Sou mulher destemida minha marra vem do gueto
Se tavam querendo peso então toma esse dueto
Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona
Que a revolta vem à tona pois a justiça não funciona
Me ensinaram que éramos insuficiente
Discordei, pra ser ouvida o grito tem que ser potente

Eu cresci, prazer Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci, prazer Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Nina, Elza, Dona Celestina
Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina
Tentam nos confundir, distorcem tudo que eu sei
Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis
A falta de informação enfraquece a mente
Tô numa crescente porque eu faço diferente

Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci, prazer Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
100% feminista
100% feminista
100% feminista
100%

ANALISE DE UM FUNK



Este Funk é cantado por Carolina de Oliveira Lourenço, mais conhecida como MC Carol e Karoline de Freitas Oliveira a conhecida Karol Conká. Mulheres, Pretas, vindas de uma realidade humilde. Música produzida em 2016.



continuando...

No final do primeiro parágrafo nota-se uma a negação dessa opressão, pois mesmo sendo introduzido desde a infância ela recusa-se o papel da subserviência. E o feminismo tem o papel importante nesse sentido.



Vamos Refletir!

No primeiro parágrafo, é importante notar a forma que as estruturas das relações de poder são impostas desde a infância, onde através da violência física é dito qual o papel e o lugar da mulher na sociedade. Que inclui os serviços domésticos, comida e cuidados com os filhos, enfim, os padrões impostos pelo patriarcado mencionados anteriormente.



Este Funk representa uma gama de músicas de empoderamento feminino cantado por mulheres que podem ser utilizadas em sala de aula. No entanto é sempre importante lembrar que o mais comum são letras que sexualiza, erotiza e ainda reforça esses discursos. Por isso o ideal é sempre usar esta ferramenta de forma crítica que deve ser problematizada sempre.

REFERÊNCIAS

Sites:

<https://sites.google.com/view/leephunifesspa/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0> Acesso em 24 de julho de 2021.

<https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero> Acesso em 28 de julho de 2021.

<https://www.letras.mus.br/mc-card/100-feminista> Acesso em 28 de julho de 2021.

<https://brasilecola.uol.com.br/artes/funkhtm> Acesso em 01 de agosto de 2021.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Funk> Acesso em 01 de agosto de 2021.

Referencias bibliográficas:

ADORNO, T. W., & Simpson, G. (1994). **Sobre música popular**. In Cohn, G., Theodor W. Adorno F. R. Kothe, Trad. São Paulo: Ática.

AMORIM, C. L. **O Funk não é modismo, é uma necessidade**. É pra calar os gemidos que existem nessa cidade. Música funk como instrumento de comunicação popular. PUC-Rio, Departamento de Comunicação Social, 2009.

GOMES, M. **Melancia, moranguinho e melão, fruta tá na feira**. A representação feminina do funk em jornais populares do Rio de Janeiro: Estigma, indústria cultural e identidade. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 2010

MONTI, Carlo Guimarães (Org). **Ensinar e aprender usos de fontes e o Ensino de História**. Marabá: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021. Disponível em <https://unifesspa.academia.edu/CarloMonti>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de história se ressignificou com a possibilidade para trabalhar novas fontes, a discussões historiográficas em torno de métodos abrangentes permitiram que pesquisas no âmbito da educação alcancem cada vez mais visibilidade e autonomia em torno das problemáticas que são apresentadas no presente.

Concluimos que o ensino e a música são componentes elementares, para discutirmos os conflitos/ausências na sociedade. Afirmamos aqui a escola como um espaço plural que nos possibilita confrontos e transformações. Partimos do ponto de vista em que a História Cultural, assim como, as abordagens em torno da didática interdisciplinar é uma solução contra práticas discriminatórias.

Nosso objetivo foi trabalhar o funk em sala, trazendo características que fomentem a participação da mulher, porém, a ausência de trabalhos que tragam o funk em sua perspectiva cultural como componente de reflexão e resistência são poucos. A bibliografia sobre nosso tema se limitou aos pesquisadores que trouxeram o funk para além da problematização da marginalização e erotismo.

Com isso, buscamos evidenciar que pesquisadoras estão plenamente contribuindo com discussões sobre a representatividade feminina, nos âmbitos mais diversos, inclusive no funk. O processo de afirmação/construção das identidades feministas é um processo de embate em torno do imaginário social, que remete a mulher como coadjuvante na história.

Uma vez traçadas as experiências de mulheres e suas participações em torno da construção de conhecimento/saberes são expostas, outras assim, tenham a oportunidade de se inspirar para haver um rompimento do silêncio das narrativas.

A compreensão do funk enquanto manifestação cultural imaterial, foi uma trajetória de embates e preconceitos. Por fim deve ser respeitada/preservada. A leitura dessa trajetória do funk, nos trouxe a reflexão em torno do discurso da preservação dos bens culturais e a prática excludente com os 'monumentos culturais' da população da periferia.

Ensinar e trabalhar com o empoderamento feminino a partir de letras que sexualizam corpos, discriminam, estereotipam não é fácil, ainda mais quando não temos projetos vinculados à educação sexual nas escolas. Por isso é essencial falarmos de um lugar que pluraliza o ensino, e efetiva formas de alcançar o máximo de alunos possíveis.

A escola é um ambiente de socialização/aprendizagem, por isso é o espaço mais adequado para discutir e relacionar as práticas do cotidiano a partir de projetos que tornem esses debates possíveis. Falar sobre sexualidade, a partir de letras que estão presentes ali no dia a dia do aluno é uma abordagem eficaz.

Algumas letras vão nos desafiar a perceber essas estruturas de forma mais atenuada, por isso é fundamental conhecermos os conceitos e introduzir reflexões abertas sobre o conteúdo musical que estamos consumindo. E melhor, o que queremos transmitir através dele. A percepção sobre os diversos elementos que as músicas são produzidas é essencialmente histórico, essa compreensão eleva o conhecimento dos alunos e instiga a reflexão do funk como uma fonte.

O conceito de história que trouxemos é baseado em uma perspectiva plural, tratando dos aspectos do cotidiano que muitas vezes são considerados irrelevantes. Neste estudo buscamos evidenciar as narrativas de pessoas comuns, para construção de um saber plural e democrático.

Por fim, afirmamos que o uso de fontes na sala de aula, não deve ser reduzido ao mero exercício de recreação ou atribuindo a fonte como representação do real. Nessa pesquisa refutamos a afirmação que: “uma imagem vale mais que mil palavras” (Confúcio, expressão popular). Uma imagem/fonte só dirá algo, se fizermos as perguntas certas a ela.

Precisamos de materiais que busquem tratar os conceitos sobre feminismo para assim, combater as inúmeras violências que são consequência do machismo. Tornar a dinâmica da escola de fato plural é tratar sobre as urgências que chegam nesse espaço. Isso só é possível quando rompemos o ‘tabu’ ao tratar de educação sexual.

Aos interessados na transformação da dinâmica escolar de aulas informativas que tenham elo com visibilidade feminina, serão contemplados com esse trabalho. Refletir sobre esses conceitos não só diminuem as estatísticas de violência doméstica/femicídios, mas, contribuem para uma consciente de suas demandas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.265**, de 18 de junho de 2008. Dispõe sobre a regulamentação para a realização de eventos de música eletrônica (Festas Raves), Bailes do tipo Funk, e dá outras providências. Disponível em: <http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87716/lei-5265-08>. Acesso em 15/05/2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1671/2008**, de 05 de agosto de 2008. Define o Funk como Movimento Cultural e Musical de caráter popular. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/ae88d8dccb16fe7a8325749b005fc8a8?OpenDocument>. Acesso em 15/05/2022.

ABUD, Katia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na sala de aula. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, nº 6, p.309-317, set/dez. 2005.

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. [1962/1967]. Tradução de Amélia Cohn. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1975, p.287-295.

AMORIM, Márcia Fonseca. **O discurso da/e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico**: uma proposta de análise do universo sexual feminino. 2009. 188f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3.410**, de 29 de maio de 2000. Dispõe sobre a realização de Bailes tipo Funk no território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/203029/lei-3410-00>. Acesso em 15/05/2022.

BARROS, José D'Assunção. Os Annales E a História-problema – Considerações Sobre a Importância Da Noção De “história-problema” Para a Identidade Da Escola Dos Annales. **Revista História. Debates E Tendências** vol.12 (2012).

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Abordagens históricas sobre a história escolar. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06 de abril de 2022, às 01h37min.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio imaterial. Disponível em: Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em 06 de abril de 2022, às 21h20min.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: Vera Maria Candau. (Org.). **Didática Crítica Intercultural**: aproximações. Reed.Petrópolis: Vozes, 2015, v. 1, p. 19-54.

CORREIO DO ESTADO, Mato Grosso do Sul [2022]. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/assembleia-aprova-lei-para-barrar-dancas-em-escolas-de-ms/397683>> Acesso em 21 de maio de 2022, às 13h24min.

COUTINHO, R. A. **Funk como Movimento Cultural e Musical**: cotidiano e embates sociopolíticos em torno da implementação da Lei 5543/2009 do estado do Rio de Janeiro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. **A música e a construção do conhecimento histórico em aula**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. São Paulo (coleção magistério), 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Projetos de trabalho na prática pedagógica**. Fazer e Ensinar História. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2009.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História** [online]. 1999, vol.19, n.38, pp.125-138.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino de história no Brasil: do Colégio Pedro II aos parâmetros curriculares nacionais. In: SCHUNZEN, Elisa Tomoe Moriya, MALATIAN, Tereza. (Org.). **Cadernos de Formação**: Formação de professores. 1ed.: 2012, v. 8, p. 159-182.

MC CAROL ft. Karol Conká. **100% feminista**. Rio de Janeiro: Heavy Baile: 2016. Disponível em <https://www.letras.mus.br/mc-carol/100-feminista/> (3min 19 seg).

MEC. Ensino Fundamental. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnicas Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

NADAI, Elza. Ensino de História no Brasil: trajetória perspectiva. SP, **Revista Brasileira de História** v. 13 n°25/26 p. 144 - 162. 1993.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

OLLIVER, Natália. Assembleia aprova lei para barrar danças em escolas de Mato Grosso do Sul. **O correio do Estado**. 17 de mar. de 2022. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/assembleia-aprova-lei-para-barrar-dancas-em-escolas-de-ms/397683>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Complementar PLC 2855/2020.** Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/44f46219743cc96a0325859f0065271b>>Acesso em: 21 mai. 2022. Texto Original.

RÜSEN, Jörn. Didática História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.7-16, Jul/dez.2006.

SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, Nelson Souza. A pesquisa em História e Música. In: Encontro Regional de História, Profissão Historiador: Formação do mercado de trabalho, 19.,2014, Juiz de Fora/MG. **Anais [...]** Juiz de Fora/MG: Anpuh, 2014. p. 1-11.

SOARES, Olavo Pereira. A música nas aulas de história: o debate teórico sobre as metodologias de ensino. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 11, p. 78-99 - 2017.

SOUZA, Bárbara. **Como usar o FUNK para ensinar sobre feminismo na sala de aula**. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2021. Disponível em: https://sites.google.com/view/leephunifesspa/produtos_educacionais?authuser=0%3E Acesso em 01 de jun de 2022.

SOUZA, Bárbara Cristina. **Relatório Estágio Supervisionado II**, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.

SOUZA, Bárbara Cristina. **Relatório Estágio Supervisionado III**, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2021.

SOUZA, Bárbara Cristina. **Relatório Estágio Supervisionado IV**, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2021.

VIGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: WMF, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado a turma do 7º ano da escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo
Aplicado 26/09/2019 Marabá-PA

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
FAHIST – Faculdade de História ESTÁGIO SUPERVISIONADO I Data: 26/09/2019.

Questionário:

1- Você gosta de História?

- Sim, eu gosto.
 Gosto um pouco.
 Não gosto.

2- Você compreende os conteúdos das aulas de história?

- Compreendo com facilidade.
 Compreendo mas tenho dificuldades.
 Não compreendo.

3- Para você onde está a história?

- Museus, acervos.
 Escola, livro didático.
 Na rua, em casa.
 Filmes, desenhos e series.
 Internet.
 Outros. Onde? _____

4- Você gosta de funk?

- Sim
 Não
 Mais ou menos.

5- Acha que podemos aprender e ensinar história a partir de gêneros musicais como o funk?

- Sim
 Não

6- “O funk é um dos ritmos mais tocados no Brasil” na sua opinião o que faz o funk fazer tanto sucesso?

7- Em sua opinião, quem são as pessoas que fazem história?

8- Para você a História tem algum significado importante? Qual?

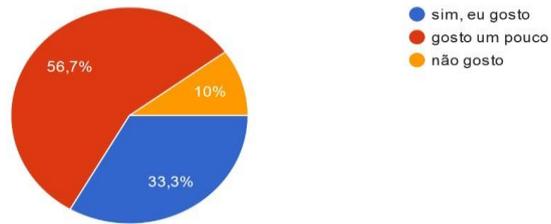
APÊNDICE B

Gráficos

questionário aplicado na escola EMEF Dr. José Cursino de Azevedo

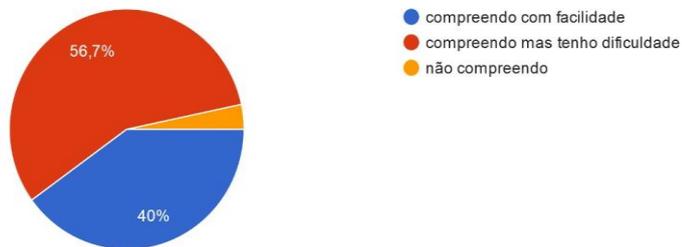
você gosta de história?

30 respostas



você compreende os conteúdos das aulas de história?

30 respostas



Para você onde está a história?

30 respostas

